

	<b>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> <b>SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM)</b> <b>DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO)</b> <b>DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL)</b> <b>SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS PERMANENTES (SEAPE)</b>	
	<b>Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ-TJRJ)</b>	<b>ATA DE REUNIÃO N. 03/2024</b>
<b>Data: 16/04/2024</b>	<b>Horário: 15h</b>	<b>Local: Sala nº1 da SGADM</b>

Presentes na reunião, realizada de forma híbrida (Sala de reuniões da SGADM e Microsoft Teams), os seguintes participantes:

Des. **Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho**, Presidente do Colegiado;  
 Juiz **Rafael Estrela Nóbrega**, Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça;  
 Juiz **André Ricardo de Franciscis Ramos**, Auxiliar da 2ª Vice-Presidência;  
 Sr. **Daniel de Lima Haab**, Secretário-Geral da SGTEC;  
 Sr. **Carlos Mauro Brasil Cherubini**, Secretário-Geral da SGGIC;  
 Sra. **Jacqueline Leite Vianna Campos**, Secretária-Geral da SGADM;  
 Sr. **Rodrigo de Oliveira Rocha**, Diretor do Departamento de Informações Gerenciais (DEIGE);  
 Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, servidora com formação em ciências humanas com experiência em pesquisa empírica e Diretora do DEGEP;  
 Sr. **Renan Alves de Oliveira**, Servidor Público com formação em estatística;

O Des. **Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho**, Presidente do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ-TJRJ), saúda a presença de todos e dá início aos trabalhos às 15h.

Inicialmente, declara aprovada a ata da última reunião do Colegiado, realizada no dia 07/03/2024, e menciona as ausências devidamente justificadas da **Dra. Fernanda Xavier de Brito** e da **Dra. Renata Guarino Martins**, Juízas Auxiliares da Presidência.

Em seguida, **os membros** passam ao exame dos temas incluídos na pauta de reunião.

**- BNMP:**

Com a palavra, o **Dr. André Franciscis Ramos**, Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência, faz breve explanação sobre o processo de higienização do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Conta que no dia 1º/04/2024 foram apresentados à Administração Superior os resultados finais do projeto.

O representante da 2ª Vice-Presidência relata ao Colegiado algumas ações perpetradas para a completa higienização do banco de dados, informando que, com o apoio da Corregedoria-Geral da Justiça, na pessoa do Juiz Auxiliar Dr. Rafael Estrela Nóbrega, foram pulverizados peças pendentes de assinatura; peças em elaboração; além de mandados de prisão supostamente pendentes de cumprimento, mas que já poderiam estar executados.

Nesse passo, anuncia o número de **43.882 presos registrados na SEAP e 43.739 detentos conforme dados do BNMP**, com uma diferença de 143 presos, que refletem o

número de mandados expedidos cujos apenados se encontram foragidos, assinalando não haver qualquer nacional solto com nome incluído indevidamente no BNMP e que os dados podem sofrer oscilação, em razão do número de novos custodiados diariamente.

O **Dr. André Franciscis** reafirma que, em vista do atual estágio, considera concluído o processo de higienização e dá a missão como cumprida e concluído os trabalhos, inclusive pelo Grupo de Apoio (GEAP), no âmbito do saneamento do BNMP.

O **Dr. Rafael Estrela** pede a palavra e reporta aos membros a ideia pensada de criar duas novas etapas para atuação do GEAP-c, que não guardam relação com o lançamento do novo BNMP 3.0, mas que podem propiciar uma visão cada vez mais condizente com a realidade do banco de dados.

Sobre os atos preparatórios voltados para a implementação do sistema, o **Dr. André Franciscis** faz menção aos manuais elaborados para orientação de magistrados e servidores, e, a título de comparação, explica que, apesar de utilizar a mesma base de dados, o modo de operação no novo programa diverge do anterior. Por isso, compartilha o propósito de desenvolver vídeos instrutivos com orientação sobre o funcionamento de cada operação do BNMP 3.0.

Na oportunidade, o **Sr. Daniel de Lima Haab**, Secretário-Geral da SGTEC, traz à compreensão dos membros as implicações técnicas relacionadas ao propósito do CNJ de colocar o BNMP 3.0 em operação de forma simultânea em todo judiciário nacional. O Secretário-Geral cita a possibilidade de travamento aleatório, por conta da amplitude do lançamento, e ressalta o elevado grau de criticidade do bem jurídico envolvido.

**Os membros** repercutem algumas peculiaridades do BNMP 3.0, inclusive a falta de clareza quanto às regras negociais – diz respeito à razão de existir de cada campo existente no programa -, debatem as circunstâncias de seu lançamento, a instabilidade esperada, manifestam preocupação com alimentação dos dados, especialmente nos casos de réu preso, e avaliam ações para evitar o contingenciamento, no caso de sua eventual inoperância.

O **Dr. Rafael Estrela** reforça a necessidade de treinamento para todos os servidores e magistrados com atuação em competência criminal, ao que o **Sr. Daniel Haab** receia não haver elementos suficientes e pessoal habilitado para levar a efeito a capacitação aventada.

O **Des. Luiz Roldão** observa que, não obstante todo o explicitado, ponderações acerca da implementação ou sobrestamento do novo sistema 3.0 foge à alçada do Grupo de Pesquisas Judiciárias, eis que afetos diretamente à Presidência do Poder Judiciário.

Em tempo, o **Sr. Carlos Mauro Brasil**, Secretário-Geral da SGGIC, faz questionamento sobre a contingência no banco de dados de mandados de prisão e sobre a quem compete controle do Sistema SEEU. O **Dr. André Franciscis** reafirma inexistência de contingenciamento no BNMP e, quanto ao SEEU, sistema eletrônico da VEP, reporta ao Grupo reunião realizada com o Presidente do Tribunal para tratar das progressões de regime em atraso, ocasião em que foram estabelecidas ações para arrefecimento dos índices, de modo a minimizar as perdas junto ao Prêmio CNJ de Qualidade.

O **Dr. Rafael Estrela** acrescenta a necessidade de aprimoramento dos servidores e magistrados também quanto ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado.

### **- Produtividade do TJRJ**

O **Sr. Rodrigo de Oliveira Rocha**, Diretor do DEIGE, confirma a tendência de crescimento dos números do Tribunal, como explicitado na reunião passada.

Na oportunidade, o **Diretor do DEIGE** chama a atenção dos membros sobre os dados do DataJud referentes ao Segundo Grau de Jurisdição. Explica que se verificou a aparente duplicação das Câmaras Cíveis quando da transformação destas em Câmaras de Direito Público e de Direito Privado, e informa a solução adotada juntamente com SGTEC, consistente no tratamento dos dados no momento de seu envio.

Quanto à pontuação, a Sra. **Michele Vieira de Oliveira**, Diretora do DEGEP, reafirma seu otimismo quanto aos índices do Poder Judiciário para a pontuação junto ao Prêmio CNJ.

### **- Assuntos Gerais**

Na oportunidade, a **Sra. Jacqueline Leite**, Secretária-Geral da SGADM, faz breve exposição sobre a evolução dos números alcançados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), em conformidade com os relatórios estatísticos extraídos do próprio SNA, cujo resumo é abaixo reproduzido:

#### **a) REAVALIAÇÃO DE ACOLHIMENTO (20 pontos):**

**a.1)** acima de **98%** dos acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA e que tiveram reavaliação do acolhimento nos 90 dias subsequentes (20 pontos);

O TJRJ hoje está com o seguinte percentual: **98% (falta 1% para pontuar)**

**a.2)** de **90% a 98%** dos acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA e que tiveram reavaliação do acolhimento nos 90 dias subsequentes (10 pontos).

O TJRJ hoje está com o seguinte percentual: **98% (pontua integralmente)**

#### **b) PRAZOS (20 pontos):**

**b.1)** acima de **80%** dos processos de adoção pelo cadastro do SNA que tramitam há 240 dias ou menos (10 pontos);

O TJRJ hoje está com o seguinte percentual: **45%**

**b.2)** acima de **80%** dos processos de destituição do poder familiar no SNA que tramitam há 120 dias ou menos (10 pontos);

O TJRJ hoje está com o seguinte percentual: **23%**

**Os pontos (b.1) e (b.2) são cumulativos.**

**c) CADASTRO DE CPF:** acima de **90%** das crianças e dos(as) adolescentes acolhidos(as) há mais de 30 dias que tenham o CPF cadastrado (20 pontos).

O TJRJ hoje está com o seguinte percentual: **87% (faltam 4% para pontuar)**

A **Secretária-Geral** faz detalhamento dos números e manifesta sua expectativa quanto à pontuação relativamente ao critério estabelecido no **item a.1** (acima de 98% dos acolhimentos que estão há mais de 3 meses no SNA e que tiveram reavaliação do acolhimento nos 90 dias subsequentes), principalmente diante do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e da Juventude e do Idoso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CEVIJ). Assinala a curva ascendente de produtividade e o fato de restar apenas um ponto percentual (1%) para que o Tribunal alcance o índice exigido.

Assim, vislumbra a pontuação integral no que se refere a Reavaliação de acolhimento, desde que mantido o percentual de 98% verificado no **item a.2**.

Sobre os prazos para tramitação dos processos de adoção (**itens b.1 e b.2**), a **Sra. Jacqueline Leite** elucida que, apesar de todos os esforços empregados pela CEVIJ, os índices verificados se apresentam abaixo do desejado. Explica que a melhora desse percentual e consequente pontuação depende primordialmente da atuação do Juízo.

Acrescenta que a CEVIJ, desde o início desta gestão administrativa, promove ações para sensibilização dos Magistrados em relação à necessidade de lançamento de dados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), inclusive com indicação, por e-mail, sobre quais cadastros de crianças/adolescentes carecem de regularização.

Rememora a implementação do GEAP-C, voltado tanto para alimentação do SNA, quanto ao apoio no processamento de ações envolvendo adoção, destituição do poder familiar, habilitação e guarda, capacitações pela DIATI sobre SNA voltadas para os Servidores de Equipes Técnicas, Cartórios e Gabinetes.

Quanto ao Cadastro de CPF (**item C**), a **Secretária-Geral** afirma que o Tribunal também está próximo de alcançar essa pontuação, acreditando na manutenção do viés de crescimento ora verificado.

Finalmente, ainda em sede de assuntos gerais, o **Sr. Daniel Haab** elucida a evolução do sistema E-PROC. O **Secretário-Geral** anuncia a criação de um grupo de juízes da Execução Fiscal, para teste e endereçamento de eventuais lacunas passíveis de tratamento pela SGTEC, antes da efetiva implementação do sistema de processamento eletrônico.

Os membros agendam nova reunião para o dia **13 de junho de 2024, às 15h.**  
**(Deliberação 01)**

Nada mais havendo a tratar, o Des. **Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho** agradece a presença de todos e encerra a reunião às 16h15min.

Des. **LUIZ ROLDÃO DE FREITAS GOMES FILHO**  
Presidente do Grupo de Pesquisas Judiciárias GPJ-TJRJ

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar convite aos membros do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ-TJRJ), para a reunião designada para o dia 13/06/2024, às 15h.	DICOL/SEAP	05 DIAS

Deliberações Encerradas		Ata de Origem	Razão
01	Os membros deliberam, ad referendum, no sentido de que o completo saneamento do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), no âmbito do Poder Judiciário de Estado do Rio de Janeiro, seja de imediato comunicado ao Conselho Nacional de Justiça.	Ata nº 02/2024	Cumprida